



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Processo nº 0600298-51.2024.6.21.0084

Procedência: 084ª ZONA ELEITORAL DE TAPES/RS

Recorrente: LIDIANE GUTERRES CORREA

Relator: DES. ELEITORAL FRANCISCO THOMAZ TELLES

P A R E C E R

RECURSO ELEITORAL. DENEGADO REGISTRO DE CANDIDATURA. CARGO DE VEREADOR. ELEIÇÕES 2024. DRAP INDEFERIDO. DOMICÍLIO ELEITORAL INFERIOR AO PRAZO DE SEIS MESES. FOTOGRAFIA FORA DO PADRÃO. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Trata-se de recurso eleitoral interposto por LIDIANE GUTERRES CORREA contra sentença prolatada pelo Juízo da 84ª Zona Eleitoral de TAPES/RS, a qual **indeferiu** o seu pedido de registro de candidatura para concorrer ao cargo de Vereador em Cerro Grande do Sul, sob o fundamento de ela “não possuir **domicílio eleitoral** na circunscrição do pleito no prazo de 06 (seis) meses antes do pleito, não ter apresentado fotografia no padrão exigido pela legislação em vigor e em razão do indeferimento do Registro de Atos Partidários



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

(DRAP) do partido.” (ID 45701336 - g. n.)

Irresignada, a recorrente alega que: a) quanto ao DRAP (nº 0600295-96.2024.6.21.0084), em 05/09/2024 houve ordem de “levantamento de da suspensão da anotação” da agremiação no “Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias – SGIP; b) “Noutro giro, o [sic] recorrente [...] foi escolhido como candidato ao cargo de vereador na convenção partidária, ocorre que por equívoco de digitação da ata, **seu nome constou apenas na lista de presença da referida convenção**, a fotografia foi apresentada no padrão exigido pela legislação em vigor, contudo, caso esse egrégio Tribunal entenda o contrário, **o recorrido se coloca à disposição para sanar as irregularidades**, tendo em vista a gravidade das mesmas ser mínima”. Com isso, requer a reforma da decisão. (ID 45701343 - g. n.)

Após, foram os autos remetidos a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.

Não assiste razão à recorrente. Vejamos.

Como visto, a sentença apresentou três razões para o indeferimento, enquanto que a recorrente desenvolveu alegação referente apenas a uma delas, qual seja, o indeferimento do respectivo DRAP.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Nota-se que as razões recursais, na verdade, trata-se de modelo genérico utilizado para outro recorrente, cuja impossibilidade de se eleger ficou calcada em motivos não idênticos ao caso em apreço, abordado-se inadvertidamente nos presentes autos eventual falta de escolha em convenção partidária.

No caso em apreço, tem-se que o Cartório Eleitoral certificou que “Em consulta aos dados constantes no Cadastro Eleitoral, a candidata solicitou a transferência de seu domicílio eleitoral de Viamão para o município de **Cerro Grande do Sul** em **08/05/2024**”, em desacordo ao prazo mínimo de 6 meses antes das eleições (ID 45701331, p. 2 - g. n.)

Além disso, conforme, ressaltado na sentença, “a fotografia apresentada está fora do padrão previsto no art. 27, II da Resolução TSE 23.609/19”.

Dessa forma, como a recorrente nada fez para sanar essas irregularidades, não deve prosperar a irresignação.

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **desprovemento** do recurso.

Porto Alegre, 15 de setembro de 2024.

CLAUDIO DUTRA FONTELLA
Procurador Regional Eleitoral